



O Impacto do rompimento da barragem em Brumadinho, Minas Gerais, nos direitos humanos das mulheres

Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

Christian Aid

Christian Aid

A Christian Aid é uma organização internacional que existe porque o mundo pode e deve ser rapidamente transformado em um lugar onde todos possam viver uma vida plena, livre da pobreza. Nós somos a agência oficial para a cooperação e o desenvolvimento patrocinados por 41 igrejas protestantes na Grã-Bretanha e Irlanda e apoiados por indivíduos, igrejas, governos e outras instituições. Nós estamos presentes no Brasil desde o fim da década de 1970, tendo estabelecido parcerias com organizações locais, movimentos sociais, igrejas, redes e alianças ecumênicas relacionadas à economia, justiça climática e de gênero e o fim das desigualdades.

Movimento dos Atingidos por Barragens-MAB

O MAB é um movimento social brasileiro com rostos regionais organizando pessoas atingidas por barragens pelos últimos 30 anos pelo país. Ativo em 19 estados, os objetivos principais do movimento são o de organizar as pessoas atingidas por barragens no Brasil para lutarem por seus direitos, construir um modelo energético que seja economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente sustentável e construir uma sociedade justa e solidária.

Coordenação da pesquisa e preparação do estudo

Esse estudo foi preparado como parte do projeto “Além de Brumadinho: Contendo a Força da Indústria Extrativista no Brasil”, desenvolvido em parceria entre o Christian Aid e o MAB e financiado pelo fundo SAGE.

Coletivo de Mulheres do MAB

Christian Aid

Juan Carlos Ochoa-Sánchez

Índice

Introdução	4
Metodologia	8
Descobertas e análises	12
Impactos nos direitos das mulheres à água e ao acesso ao rio	12
Impactos nos direitos das mulheres relacionados à violência de gênero	18
Impactos nos direitos das mulheres relacionados a emprego e renda	26
Impactos na saúde mental das mulheres	30
Conclusões e Ações Necessárias	35
Referências Bibliográficas	39

Introdução

A mineração em larga escala pode ter sérios impactos nos direitos humanos das mulheres e comunidades locais, as quais sofrem discriminações interseccionadas, assim como causa extensivo dano ambiental. Esses impactos em potencial podem afetar aproximadamente todo o conjunto de direitos humanos internacionalmente reconhecidos, incluindo o direito à vida digna, o direito à água, o direito à saúde, o direito à alimentação, o direito ao trabalho, o direito à igualdade de gênero, o direito a um ambiente saudável e o direito à participação.¹ Os impactos negativos em potencial sobre os direitos humanos e o ambiente, associados à exploração de recursos minerais em larga escala por indústrias extrativistas em geral têm se materializado em muitas instâncias nos países em desenvolvimento. Os exemplos incluem as duas catastróficas rupturas de barragens de rejeitos² que aconteceram no Brasil desde 2015: a da mina do Córrego do Feijão em Brumadinho, em 25 de janeiro de 2019, a qual é o objeto do presente estudo e a ruptura da barragem de rejeitos de Fundão, que lançou 43 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro e poluiu 668 km de cursos d'água do Rio Doce até o Oceano Atlântico.³ Globalmente, existem muitos outros exemplos, como as operações da Shell com petróleo no Delta do Rio Ogoni, no sudeste da Nigéria, que, de acordo com as comunidades locais, levou a poluição com petróleo ao solo e aos cursos d'água;⁴ e a contaminação de cursos d'água, água, terras agricultáveis e florestas no Equador resultado, de acordo com as comunidades locais, do despejo de milhões galões de lixo tóxico pela Texaco no Equador.⁵

Os déficits democráticos e as instituições fracas, que muitos países em desenvolvimento têm, são fatores-chave que explicam os impactos negativos nos direitos humanos e a destruição ambiental associados à exploração de recursos minerais pelas indústrias extrativistas nesses países. Os déficits incluem a falta de regulação efetiva e de cumprimento da regulação já existente e a falta de consultas inclusivas com as

¹ Veja, por exemplo, IEA (2021), *The Role of Critical Minerals in Clean Energy Transitions*, p. 40.

² Rejeitos são os restos materiais que sobram após a mineração.

³ Veja, por exemplo, Flávio Fonseca do Carmo, Luciana Hiromi Yoshino Kamino, Rogério Tobias Junior, Lara Christina de Campos, Felipe Fonseca do Carmo, Guilherme Silvino, Kenedy Junio da Silva Xavier de Castro, Mateus Leite Mauro, Nelson Uchoa Alonso Rodrigues, Marcos Paulo de Souza Miranda, Carlos Eduardo Ferreira Pinto, "Fundão tailings dam failures: the environment tragedy of the largest technological disaster of Brazilian mining in global context," *Perspectives in Ecology and Conservation*, Vol. 15 (3), 2017, páginas 145-151.

⁴ Tineke Lambooy, Aikaterini Argyrou and Mary Varner, An analysis and practical application of the Guiding Principles on providing remedies with special reference to case studies related to oil companies, In S. Deva & D. Bilchitz (Eds.), *Human Rights Obligations of Business: Beyond the Corporate Responsibility to Respect?* (Cambridge: Cambridge University Press), (pp. 329-377), p. 336.

⁵ *Ibid.*, p. 343

comunidades locais. Como o trabalho anterior do Christian Aid demonstra, ⁶a concentração de poder político e econômico e a falta de instituições responsáveis para limitar esse poder na América Latina são outros fatores que explicam isso.

Os impactos negativos nos direitos humanos e no meio ambiente associados à exploração de recursos minerais geralmente afeta as mulheres desproporcionalmente. Em muitos países onde acontece mineração em larga escala, as normas sociais profundamente impregnadas e a divisão sexual do trabalho significam que as mulheres enfrentam aumento do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado devido à falta de alimento ou de água causados pelos impactos negativos de mineração em larga escala. Mulheres também têm vulnerabilidades de saúde específicas que podem ser provocadas pela poluição e destruição ambiental. Mulheres na pobreza – e, particularmente, mulheres de comunidades marginalizadas – são particularmente atingidas.

Apesar dos impactos negativos nos direitos humanos das comunidades locais e no meio ambiente, frequentemente resultantes da exploração de recursos minerais em larga escala, a mineração no Brasil ainda é uma das principais atividades econômicas. A mineração até mesmo experimentou crescimento significativo e acima da média no último período, durante a pandemia, de acordo com os dados do setor. Dados do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), órgão representativo das companhias mineradoras, revelaram que houve um aumento de 98% na produção mineral no primeiro semestre de 2021, se comparado com o mesmo período de 2020.

Nesse contexto, o rompimento da barragem I do Complexo do Córrego do Feijão, controlado pela companhia Vale SA,⁷ ocorreu na cidade de Brumadinho, no estado de Minas Gerais em 25 de janeiro de 2019. Como resultado, 11.7 milhões de metros cúbicos de lixo tóxico e lama se espalharam por uma área de aproximadamente 300km, alcançando comunidades rurais, povos tradicionais e bairros urbanos em 26 municípios.⁸

⁶ Veja The Scandal of Inequality 2: The multiple faces of inequality in Latin America and the Caribbean, Sophie Richmond, Gaby Drinkwater, Luisa Fulcher and Caroline McCarthy, Christian Aid, 2017, www.christianaid.org.uk/resources/about-us/scandal-inequality-2-english

⁷ Doravante, 'Vale'.

⁸ Esses 26 municípios são Abaeté, Betim, Biquinhas, Brumadinho, Caetanópolis, Curvelo, Esmeraldas, Felixlândia, Florestal, Fortuna de Minas, Igarapé, Juatuba, Maravilhas, Mário Campos, Morada Nova de Minas, Paineiras, Papagaios, Pará de Minas, Paraopeba, Pequi, Pompéu, São Gonçalo do Abaeté, São Joaquim de Bicas, São José da Varginha e Três Marias.



Imagem 1: Mapa do Brasil – Minas Gerais – localização da cidade de Brumadinho. Fonte: BBC.com

O Rio Paraopeba em vermelho e seu curso nos estados brasileiros de Minas Gerais e Bahia. A imagem a seguir mostra o Rio Paraopeba em azul e os municípios atingidos pelo rompimento da barragem em Brumadinho estão dentro da área delimitada em vermelho escuro. O círculo preto representa a localização do rompimento da barragem.



Imagem 2: Região Atingida pelo rompimento – Rio Paraopeba e municípios de Minas Gerais

O rompimento causou a morte de 272 pessoas, das quais oito ainda estão desaparecidas enquanto escrevemos este estudo. A ASSOCIAÇÃO DOS FAMILIARES DE VÍTIMAS E ATINGIDOS DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM MINA CÓRREGO FEIJÃO – Brumadinho-MG (AVABRUM) determinou que o número de vítimas seria de 272, levando em consideração os bebês das duas mulheres gestantes entre as 270 vítimas iniciais. 131 vítimas eram empregadas pela Vale, de acordo com Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Ferro e Metais Básicos de Brumadinho. Do total de número de mortos, 218 eram homens e 54 mulheres.

Adicionalmente, o rompimento da barragem contaminou o Rio Paraopeba, as águas próximas, e os sistemas terrestres. A região banhada pelo Rio Paraopeba depende do rio para várias atividades, como água potável para o consumo, água para a agricultura, pesca, turismo e entretenimento. O Rio Paraopeba é usado como fonte de água para oito municípios que foram atingidos pelo desastre: Brumadinho, Betim, São Joaquim de Bicas, Juatuba, Esmeraldas, Mário Campos, Igarapé e Pará de Minas. Ao todo, o rompimento da barragem comprometeu o fornecimento de água de aproximadamente 600.000 pessoas. Portanto, além da perda direta de vidas, o rompimento da barragem causou problemas abrangentes e sérios para a região da Bacia do Paraopeba, especialmente a perda de acesso à água segura para o consumo para milhares de pessoas, ruptura econômica e dano ambiental extensivo. As comunidades atingidas tinham uma relação extremamente próxima com o Rio Paraopeba. Ele costuma ser um elemento essencial de suas vidas como fonte de trabalho para os pescadores, de água para agricultores e para seus animais. Além disso, o rio era o principal espaço para socialização e lazer para as mulheres, juventude e crianças.

Embora tenha acontecido um número significativo de casos envolvendo violações de direitos humanos das comunidades atingidas por barragens, o caso de Brumadinho é emblemático, uma vez que compreende muitas mortes e sérios impactos sociais e econômicos, além dos extensivos e profundos danos ambientais.

Para entender os diferentes impactos causados pelo desastre, é necessário analisar as condições violentas e traumáticas sofridas pela população atingida. Dos contextos dos colapsos de barragens, como os ocorridos em Mariana e Brumadinho, no estado de Minas Gerais, frequentemente surgem em seguida múltiplas reivindicações das populações atingidas sobre o processo de reparação de seus direitos. Da mesma forma, mulheres têm apontado que os danos que elas sofrem particularmente não são notados nem reparados pela Vale.

Apesar de sua importância, o tema dos impactos dos desastres envolvendo barragens nos direitos humanos das mulheres continua sem ser estudado. Isso merece uma atenção profunda dada a situação em curso das mulheres atingidas, na Bacia do Paraopeba e em diferentes regiões do Brasil. Estudos já existentes sobre as violações de direitos das populações atingidas por barragens ainda carecem grandemente de análises robustas de gênero e não identificam os problemas relacionados à vida das mulheres.

Esse relato busca identificar e analisar as violações de direitos humanos perpetradas contra as mulheres causadas pelo colapso da barragem de mineração de Brumadinho e as violações que se seguiram ao desastre durante os trabalhos de reparação. Os objetivos específicos desse relatório são os seguintes: primeiro, analisar os impactos do rompimento da barragem de Brumadinho nos direitos humanos das mulheres, especialmente o direito à vida digna, a água, ao trabalho e renda, à saúde e à igualdade de gênero, incluindo o direito de ser livre de violência de gênero. A esse respeito, o estudo põe adiante a interseccionalidade entre os direitos à vida digna, a água, a alimentação, a igualdade de gênero, a saúde e ao trabalho e renda. Segundo, acumular e prover informações sobre como mulheres enfrentam múltiplas formas de discriminação, quebrando barreiras em suas buscas por acesso a reparação compreensiva e efetiva. Terceiro, acumular evidências, através dos relatos das mulheres atingidas, que as ações de reparação conduzidas pela Vale não foram suficientes para garantir os direitos das mulheres dentro do processo de reparação em geral. Por último, fazer recomendações tanto para atores locais quanto para internacionais para abordar as violações dos direitos humanos analisadas. Em particular, nós recomendamos o desenvolvimento e a implantação de um plano de reparação integral para as mulheres atingidas na Bacia do Rio Paraopeba.

O restante desse relatório é organizado em três seções. A seção dois explica a metodologia usada para conduzir a pesquisa. A terceira seção apresenta os dados obtidos e os relatos das mulheres, seguidos pela análise dos impactos nos direitos humanos das mulheres decorrentes da ruptura da barragem. A última seção faz recomendações tanto para atores locais, quanto para internacionais para abordar as violações de direitos humanos sofridas pelas mulheres como resultado do colapso da barragem de Brumadinho.

Metodologia

A estrutura desse estudo foi planejada em diálogo entre o MAB e Christian Aid. Os processos de pesquisa desenvolvidos e guiados pelo MAB são baseados nas premissas da educação popular, com elementos e técnicas de pesquisa participativa e pesquisa ação.

O conceito de educação popular usado no contexto dessa pesquisa é entendido como um processo de diálogo e problematização da realidade que é experimentado junto com as pessoas que são objeto da pesquisa. A Educação popular visa o estudo da realidade, para que o conhecimento possa contribuir para a melhoria da mesma, ultrapassando limites e/ou problemas identificados no curso do estudo.

É entendido que fazer pesquisa é um processo educacional e emancipatório que abrange atos de conhecer, aprofundar conhecimento e intervir no território e no mundo. Portanto, estudos com essa perspectiva são conduzidos próximos às pessoas, na experiência e interação com elas, para que se desenvolvam processos de organização

e conquista de direitos, articulados com a construção coletiva, plural e de sujeitos diversos.

Em relação à pesquisa participativa, ela deve ser entendida como “repertório múltiplo e diferenciado de experiências de criação coletiva de conhecimentos, destinados a superar a oposição sujeito/objeto no interior de processos que geram saberes e na sequência de ações que aspiram gerar transformações” (BRANDÃO; STRECK, 2006, p.12). Crucialmente, esse método de pesquisa visa dar voz a homens e mulheres de comunidades marginalizadas que são normalmente silenciadas (BRANDÃO; STRECK, 2006, p.27).

Considerando isso, nossa pesquisa adotou a Abordagem de Pesquisa-Ação. A Pesquisa-Ação tem 5 fases principais que operam em ciclos:

- a) Diagnosticar a situação problema na prática, envolvendo conhecimento e reconhecimento da situação;
- b) Planejamento, o que envolve formular ações estratégicas para solucionar o problema;
- c) Colocar as ações planejadas em prática;
- d) Avaliar as estratégias e ações implementadas, buscando encontrar fatos sobre o resultado das ações e;
- e) Os resultados das ações devem conduzir a uma nova classificação e diagnóstico da situação problema, o que será retomado num próximo diagnóstico e nos planejamentos sucessivos, inserindo assim um espiral de reflexão e ação do qual se espera que seja crescentemente ajustado às necessidades coletivas.

Métodos de Coleta de Dados e Considerações de Amostragem:

No geral, uma técnica de amostragem propositiva foi usada e, por vezes envolveu bola de neve, que é uma técnica comum em pesquisa-ação e abordagens mais participativas. O processo de consentimento informado foi realizado (Formulário de Consentimento Livre e Informado) e confidencialidade mantida durante.

Pesquisa-ação é uma abordagem ampla que abrange uma variedade de métodos de coleta de dados, desde que alinhados com um ethos participativo. Durante a pesquisa, quatro métodos de coleta de dados principais foram utilizados:

- (1) *Reuniões presenciais e online, (2021)*

A coleta de informação qualitativa nas reuniões formou as bases para a estruturação inicial das categorias principais presentes neste estudo, com respeito à violação dos direitos humanos das mulheres. Essas categorias são o impacto do colapso da barragem de Brumadinho no direito à vida digna, à água, ao trabalho e renda, à saúde e à igualdade de gênero, incluindo o direito a ser livre de violência de gênero.

Reunião 1: formato online, em 2 de abril de 2021

Foco da reunião: descreveu algumas das situações vividas pelas mulheres atingidas em diferentes regiões da Bacia do Rio Paraopeba.

Durante a reunião, líderes do MAB formularam questões que provocaram diálogo e tomaram notas das reações e declarações das mulheres.

As mulheres estavam, então, divididas em 6 regiões:

- O município de Brumadinho,
- O município de Mário Campos,
- O município de Juatuba,
- O município de São Joaquim de Bicas,
- O município de Betim,
- A região do baixo Paraopeba, compreendendo os municípios de Curvelo e Pompéu

Reunião 2: formato online, com a presença de 40 mulheres, em 31 de julho de 2021

Baseada na primeira reunião e em busca de mais informações sobre as situações vividas pelas mulheres, uma reunião regional de mulheres atingidas na Bacia do Rio Paraopeba foi organizada.

Foco da reunião: durante a reunião, as mulheres expressaram suas impressões, sentimentos e reclamações a respeito da situação de todas as mulheres atingidas. Nessa reunião, foi planejada uma sequência de outras reuniões presenciais para a produção de peças de Arpilleras.

Reunião 3: presencial, 18 de setembro de 2021, com sete mulheres atingidas do município de São Joaquim de Bicas.

Foco da Reunião: começar a confeccionar uma Arpillera. Nessa reunião, as mulheres listaram as principais violações que elas sofreram e sofrem e o que desejavam denunciar através da peça produzida.

(2) Entrevistas em profundidade semiestruturadas e abertas (novembro de 2021)

Entrevistas em profundidade: a escolha das mulheres para a entrevista foi baseada em informações preliminares de líderes e do Coletivo de Mulheres do MAB, que são ativos na região (intencional).

Critério de inclusão

- Deve ser uma mulher cujos direitos tenham sido atingidos;
- Diversidade étnica;

- Diversidade de lugares de residência;
- Status de liderança;
- Envolvimento ativo nas reuniões do coletivo de mulheres do MAB.

O perfil final das mulheres é o seguinte e para preservar suas identidades, nomes fictícios foram usados:

- Rosa, 31 anos de idade, moradora do município de São Joaquim de Bicas;
- Margarida, 51 anos de idade, moradora do município de Betim;
- Violeta, 52 anos de idade, moradora do município de Curvelo;
- Iris, 38 anos de idade, moradora do município de Brumadinho.

(3) Arpilleras- (segunda metade de 2019)

As Arpilleras incluídas na pesquisa são peças baseadas na técnica de *appliqué* e bordado, confeccionadas principalmente por mulheres, que usam tecidos rústicos, linhas, lãs e vários enfeites para compor cenas cotidianas. Essa é uma oportunidade empoderadora para mulheres de se reunirem para falar e compartilhar. Essa técnica tem sua origem numa tradição popular iniciada por um grupo de costureiras de Isla Negra, localizada na costa central do Chile, em meados da década de 1970, durante o regime ditatorial de Augusto Pinochet. No Brasil, o Mab vem aplicando a técnica de Arpillera desde 2013 em seus trabalhos (principalmente) com mulheres, permitindo que elas comuniquem suas experiências de resistência, opressão e denúncia nas peças que produzem.

(4) Revisão bibliográfica

Houve uma breve revisão da literatura que incluiu estudos de tópicos relevantes como impactos nos direitos humanos das mulheres e comunidades locais do rompimento de Brumadinho; dimensões de gênero desses impactos; impactos nos direitos humanos das barragens no Brasil e impactos da mineração em larga escala nos direitos humanos das mulheres e comunidades locais.

Por último, deve ser mencionado que dentre os 26 municípios atingidos pelo rompimento da barragem de Brumadinho, esse estudo foca nas comunidades onde vivem as mulheres atingidas que foram entrevistadas ou participaram das reuniões. Essas estão dentro do território dos seis municípios a seguir: Brumadinho, Betim, São Joaquim de Bicas, Mário Campos, Juatuba e Curvelo.

Métodos de análise

Os dados coletados e relatados nas reuniões e entrevistas, assim como a interpretação das Arpilleras produzidas, são organizados na parte três desse estudo, chamada

“Descobertas e Análise” Nessa parte, as considerações das mulheres são apresentadas e a análise é realizada de acordo com estudos anteriores sobre a situação das pessoas atingidas por barragens e literatura relevante.

Restrições metodológicas

Nesse estudo, nós fomos capazes de executar os primeiros dois estágios do processo de ação da pesquisa, nomeadamente: (a) diagnóstico do problema junto com as mulheres atingidas, as que vivem em meio aos danos; e (b) identificação das ações que precisam ser tomadas. Entretanto, nós não fomos capazes de preparar junto com as mulheres e suas comunidades um plano de ação estruturado. Isso foi principalmente por conta das restrições múltiplas resultantes da Pandemia de Covid 19 na área do estudo.

Descobertas e Análise

“nós não somos ouvidas como pessoas atingidas pela barragem, muito menos como mulheres.”

(Rosa, mulher atingida, entrevistada)

Essa seção apresenta análises das considerações das mulheres sobre os impactos do rompimento da barragem de Brumadinho em seus direitos humanos. Especificamente, identifica e analisa os impactos sobre os direitos das mulheres à água e ao acesso à água do rio, os impactos nos direitos das mulheres relacionados à violência de gênero, impactos sobre o direito de trabalho e renda; os impactos sobre a saúde mental das mulheres.

Impactos no direito das mulheres à água e ao acesso ao rio

A região atingida pelo rompimento da barragem I da mina do Córrego do feijão é a região banhada pelo Rio Paraopeba. Através dos relatos e intervenções das mulheres, se tornou evidente que o rio desempenha um papel central nas relações sociais e econômicas dessas comunidades ribeirinhas. Toda a área depende do rio para várias atividades de geração de renda e alimento, como a agricultura, pesca e o turismo. Oito municípios também dependem do Rio Paraopeba para suprimento de água para consumo humano.

Violeta, uma mulher atingida pelo rompimento da barragem, descreveu a importância do rio para ela e para as mulheres da Comunidade de Cachoeira do Choro numa entrevista:

É um lugar muito rico para o turismo. E os governantes estaduais e municipais nunca exploraram isso; o turismo foi deixado em nossas mãos. Nas mãos da comunidade, certo? E o rio foi uma fonte de renda, de orações, de, eu não posso falar sobre o rio, porque vou chorar... de comida e lazer. Então, nós, as

mulheres, sempre tivemos muita autonomia, com a pesca, com quintais produtivos... (Violeta, 2021)

Ela também reportou que a água disponível na comunidade, vinda do Rio Paraopeba, era de boa qualidade antes do rompimento e era usada até para beber. De acordo com ela, a comunidade tinha um slogan que dizia, “quem bebe água dessa cachoeira, vai voltar”!

A entrevista com Rosa, do município de São Joaquim de Bicas, apresentou situação similar. De acordo com ela, antes do rompimento, as comunidades ribeirinhas tinham poços artesianos e cisternas com água de qualidade que supria as necessidades para o consumo humano, tanto que eles não precisavam da rede de suprimento de água pública.

Essa realidade baseada numa relação muito próxima com o rio foi cortada pelo rompimento, causando várias dificuldades no acesso à água. Em sua entrevista, Rosa relatou que:

Quando a barragem rompeu, nós não tínhamos, na minha comunidade, nenhuma água na torneira por 16 dias. Foi onde começamos, veja, nós tivemos de ter a ajuda do MAB para conseguir alguma água mineral, pelo menos para beber. Algum tempo depois desse período, a água começou a chegar, mas barrenta, ela veio com uma lama vermelha, e, até hoje, ela vem assim, não sempre. Mas de vez em quando nós ainda temos essa lama vermelha vinda da torneira. Dependendo do dia, às vezes a água derrama tão vermelha que nós nem a usamos, você não pode usar a água que temos. (Rosa, 2021)

O rompimento da barragem causou o despejo de rejeitos de minério no leito do rio, o que significou a imediata interrupção de seu uso por todas as comunidades e municípios. Todas as atividades de uso do rio foram interrompidas, pessoas não podiam nem chegar perto dele. Os oito municípios que dependiam do Rio Paraopeba para suprimento de água tiveram a distribuição pública interrompida imediatamente – uma situação que durou por um longo período. Além disso, a pesca parou e o uso de água para a irrigação, animais, turismo e atividades de lazer no rio foram paralisados.

A pressão e organização das comunidades atingidas levou a empresa Vale e a companhia de suprimento de água, Copasa, a achar soluções. Margarida, uma mulher atingida pelo rompimento da barragem, comentou na sua entrevista:

No começo nós gastamos um tempo longo bebendo água suja, não tínhamos nada, senão água suja e depois, quando começamos a formar comissões, nós começamos a lutar contra a Vale e a falar. A companhia, então, começou a trazer alguma água mineral para nós, trazer água para o consumo dos animais. E isso foi uma luta, porque eles não gostaram de prover isso. (Margarida, 2021)

A Vale construiu captadores de água alternativos e poços artesianos. De acordo com os dados da companhia, “360 captações de recursos hídricos da superfície e do subsolo” foram instaladas (Vale,2021). Essas ações se provaram insuficientes, e milhares de famílias continuam hoje em dia sendo supridas por carros pipa e galões de água mineral. De acordo com a declaração emitida pela Vale, de janeiro de 2021:

Havia 55 caminhões que viajavam por um total de 11 mil quilômetros por dia, trazendo água para as pessoas elegíveis e para manter atividades produtivas (dessedentação animal e irrigação), somados à distribuição de fardos de água mineral para o uso doméstico.” (Vale, 2021)

Esse suprimento de água conduzido pela Vale é irregular e serve apenas às famílias consideradas atingidas pela empresa. Sobre a produção agrícola, a água suprida pela empresa é frequentemente problemática, porque é clorada, fluoretada e insuficiente. Quanto ao abastecimento de água fornecido pela Vale, Rosa disse:

É um caminhão pipa e eles compram alguns galões de água mineral para beber. O caminhão pipa traz água para consumo, água para a horta, banho, lavagem de roupas e todo o tipo de coisa. Alguém tem que agendar o fornecimento de água; não é como ter água na torneira. É marcado. Se você esquecer de agendar, vai ficar sem água. Se você receber visitas, você vai ficar sem água, porque há um limite da quantidade de água, eles colocam um limite na água para o consumo. (Rosa, 2021)

A mulher também comentou sobre a qualidade da água fornecida, que tem uma aparência ruim e frequentemente uma cor avermelhada, ou até marrom.

A Copasa forneceu água suja. A Vale às vezes forneceu água suja. Nós recebemos água suja algumas vezes. Nossas vidas foram tão afetadas pela questão da água e nós não podíamos fazer nada sobre isso. Tínhamos que chama-los, para reclamar. Fotos e vídeos foram feitos para provar para os atendentes da Copasa que a água era suja; de outra forma, eles não acreditariam (Margarida, 2021)

Após o rompimento, somado à interrupção da rede pública, nós começamos a receber água de baixa qualidade. Água com um pó brilhante dentro. Entretanto, eles dizem que a água é boa. E quando nós reclamamos que a água é suja, antes de ontem a água ainda chegou assim... então eles cortaram o fornecimento e nós passamos cinco dias sem uma gota de água na torneira. E nós fomos atrás da Copasa, estávamos batendo em todas as portas, tínhamos que fazer um protesto para sermos recebidas (Violeta, 2021)

Eu falo por mim. Você não pode lavar a louça, você não pode fazer nada. A água é essencial para tudo, você sabe. Para um banho, para tudo, para beber. Lavar pratos, lavar roupas, eu ainda tenho roupas manchadas porque nós não sabíamos que a água seria suja, nós não sabemos se foi ferrugem ou minério, as manchas são avermelhadas e elas não saem. Então, o impacto foi

grande, mesmo hoje, como dizem, eu tento comprar água mineral por mim mesmo porque não posso beber a água da Copasa. Quando eu bebo a água, me dá dor de estômago, eu não consigo, tenho gastrite. Então, eu não sei se eu peguei isso bebendo água suja, ou alguma coisa. Então as doenças vieram. E a coceira, porque hoje em dia continuamos nos coçando, temos alergias na pele (Rosa,2021)

Na reunião presencial no município de São Joaquim de Bicas, as mulheres atingidas apontaram a perda do acesso à água fresca e água para usos cotidianos como dois impactos centrais do rompimento. Um número grande de mulheres atingidas no município são moradores ribeirinhos, agricultoras e pescadoras que sofre com a perda do acesso à água para o consumo humano, agricultura e pesca o que também traz a perda de atividades de trabalho e renda. Mulheres nos municípios de Mário Campos, Juatuba e Brumadinho também perceberam e relataram esse impacto, uma vez que a produção agrícola é um dos pilares da economia dessa região. Essas atividades foram profundamente impactadas pela impossibilidade de usar água do Rio Paraopeba depois do rompimento.

No município de Juatuba, mulheres vivem numa realidade rural. Pequenas agricultoras e meeiras sofrem com a perda de acesso à água e a consequente perda de atividades de geração de renda. A Apillera retratada na Imagem 3 ilustra o medo de usar e acessar o Rio Paraopeba, o qual é substituído por um ponto de interrogação, simbolizando dúvida. A Arpillera também ilustra os frutos à margem do rio e a dúvida sobre sua segurança para o consumo humano.



Imagem 3: Arpillera criada por mulheres atingidas durante uma reunião no bairro de Francelinos, Juatuba, em agosto de 2019. Fonte: coletivo de Mulheres do MAB.

Essa Arpillera representa principalmente as questões do acesso à água, acesso ao alimento (frutas, peixes) anteriormente fornecido pelo rio e o acesso ao lazer, também fornecido pelo rio. As águas do rio executavam muitos papéis nas comunidades, especialmente relacionados à irrigação na agricultura, dessedentação do gado, fertilidade do solo próximos das margens, fonte de alimento através da pesca e espaço para lazer. Todas essas funções foram abruptamente interrompidas.

Como retratado nessa Arpillera, a pesca aparece como atividade central, próxima da agricultura, em muitos lugares. Nos municípios de São Joaquim de Bicas, Curvelo e Pompéu, as mulheres falaram sobre os danos durante as reuniões. Curvelo e Pompéu foram especialmente atingidos, visto que em adição à pesca, o turismo era uma importante atividade econômica. Essa atividade foi completamente interrompida depois do rompimento, o que afetou a economia local como um todo. Nessas cidades, as mulheres eram moradoras ribeirinhas, pequenas agricultoras, pescadoras, donas de casa, o que significa que todas as suas relações socioeconômicas foram afetadas dentro da família e externamente pelo rompimento da barragem.

As mulheres também colocaram que o rio era uma parte integral das atividades de socialização de seus filhos. Por exemplo, eles podiam brincar pacificamente às margens

e nadar. Depois do rompimento, as crianças não puderam mais se aproximar do rio. Eles foram trancados dentro de casa para reduzir a exposição ao pó da lama. Portanto, o trabalho das mães aumentou, visto que tiveram que estar cientes do paradeiro de seus filhos durante todo o tempo, e a saúde de seus filhos foi negativamente impactada.

A perda de acesso à água do rio gerou outros impactos negativos para as mulheres. Em Betim, donas de casa e mulheres comerciantes falaram sobre a perda do acesso à água do rio para o consumo humano, o que tem aumentado seu trabalho não remunerado. As mulheres têm que buscar água mais longe de suas casas, ou têm que esperar pela distribuição de água feita pela Vale. Elas relataram a necessidade de estar muito atentos para economizar a água escassa para que ela dure até a próxima distribuição. Elas tiveram que buscar formas de limpar suas casas usando menos água, o que aumenta o tempo necessário para completar as tarefas.

Escassez de água junto com o aumento da poeira mencionado em algumas das regiões atingidas gera uma ainda maior carga de trabalho doméstico. A poeira dos rejeitos, de acordo com as mulheres atingidas, tem aspecto gorduroso e requer limpeza várias vezes por dia. A pandemia atuou como fator agravante, visto que a necessidade e a falta d'água aumentaram simultaneamente. A vulnerabilidade à doença e a disseminação do coronavírus foram ampliadas, aumentando ainda mais a carga de trabalho doméstico.

A contaminação da água do rio pelos rejeitos aumenta a ansiedade. O uso de água contaminada e o consumo de alimento contaminado tem um potencial de gerar mais danos às mulheres. Elas têm maior contato com a água contaminada através do trabalho doméstico, da agricultura e da pesca. Somado a isso, se algum membro da família se adoenta por causa da contaminação, as mulheres estarão responsáveis pela carga de trabalho gerada pela necessidade de cuidados. Uma das entrevistadas testemunhou que, uma semana antes da entrevista, uma vizinha teve que levar seu filho ao hospital devido a problemas no estômago causados por beber a água do local. Além das questões de saúde mental, as mulheres relatam doenças na saúde física geradas ou agravadas pelo rompimento da barragem. Os problemas mais comentados foram diarreia, náusea, vômitos, dores de cabeça, dores no estômago, feridas e manchas pela pele.

Perder o acesso à água para a agricultura e pesca impacta na segurança alimentar dessas mulheres, suas famílias e toda a região também. Com a capacidade perdida de produzir alimentos de qualidade, a responsabilidade de comprar alimentos em outros lugares para prepará-los para toda a família recai sobre as mulheres. A dieta muda devido à falta de vegetais caseiros, frutas e peixes e gera impactos na saúde das comunidades atingidas.

As entrevistadas mencionaram a falta de informação atualizada sobre a contaminação do rio, ar e solo pelos rejeitos da barragem como um sério problema. Essa situação indica que a empresa Vale e o Estado não forneceram informação adequada sobre a contaminação às comunidades atingidas. Dada a importância vital dessas informações para as comunidades atingidas, nós pedimos às autoridades do Estado para fornecer

essa informação à comunidade regularmente. Isso é particularmente grave porque as comunidades precisam de informação confiável se podem ou não retomar suas atividades no rio e em suas águas.

Outro aspecto importante, repetidamente mencionado por muitas mulheres são os aspectos sociais do rio. A pesca, além de ser um recurso para alimentação e renda, significava uma ocasião para interação social e familiar, brincadeira para as crianças, banho, etc. Margarida, uma mulher atingida, descreveu essa relação:

Eu costumava gostar muito de pescar. Eu trocava qualquer tarefa por essa. Eu era tão viciada em pescar que eu não podia passar um só dia longe do rio. Eu conseguia fazer tudo mais rápido para ir logo para a beira do rio. Agora tem três anos que eu não posso fazer isso. No dia do rompimento, eu estava pescando no rio, minha cunhada, meu sobrinho e eu. A lama chegou aqui um dia depois. (Margarida)

Esse relato demonstra que os impactos gerados pela perda de acesso à água, em particular à água do rio, são grandes e profundos nas vidas das mulheres atingidas. Como toda a região dependia centralmente do rio para suas atividades diárias, a perda do acesso à água do rio afetou todo seu jeito de viver, sua cultura e suas possibilidades de retomar a qualidade de vida. Como será discutido na subseção seguinte, em muitas das comunidades atingidas, as mulheres são desproporcionalmente sobrecarregadas como cuidadoras e provedoras. Portanto, como indicado por Hellum et al. Em outro contexto, “a falta de água interage com a divisão do trabalho doméstico para reforçar as profundas desigualdades de gênero.”⁹ Além do mais, a falta de água segura e suficiente também afeta o sustento de muitas mulheres atingidas e comunidades, visto que os pilares de seus sustentos incluem agricultura, pesca, gado e pequenos negócios. Portanto, de uma perspectiva de gênero, o direito humano à água é tanto direito em si, como condição para a realização de outros direitos, a saber, o direito ao alimento, à saúde, à vida digna e o direito à educação. Portanto, a indivisibilidade dos direitos socioeconômicos é primordial para as mulheres das comunidades atingidas.

O Estado e a Vale executaram as ações de mitigação para aliviar a falta d'água: perfuração de poços, captação de água de outros lugares e distribuição de água nas comunidades. Contudo, como afirmado ao longo dessa seção, essas medidas são insuficientes e não satisfazem as necessidades das comunidades atingidas, visto que a distribuição de água permanece limitada. Ações específicas e prioritárias são requeridas para conceder visibilidade ao fardo e sofrimento experimentados pelas mulheres nessas condições. Além disso, apesar das ações para reparar e mitigar o dano já causado, a Vale deve reconstruir formas adequadas de acesso à água consultando as mulheres atingidas.

⁹ Hellum, Anne; Kameri-Mbote, Patricia & van Koppen, Barbara (2015). *Water is Life - Women's human rights in national and local water governance in Southern and Eastern Africa*. Weaver Press, em 3.

Impactos nos direitos humanos das mulheres relacionados à violência de gênero

“A Vale destruiu minha vida como mulher.” (Violeta, mulher atingida em sua entrevista)

Os impactos do colapso da barragem de Brumadinho nos direitos das mulheres precisam ser entendidos dentro de um contexto social mais amplo moldado pelo patriarcado, pelo racismo e pelo neoliberalismo. A violência de gênero perpetrada contra as mulheres atingidas vem sendo presente em suas vidas antes da ruptura da barragem de Brumadinho, mas se intensificou depois do desastre da Vale.

Atos de violência como forma de controle sobre os corpos das mulheres e sobre o território, assim é o *modus operandi* de todo o sistema em que vivemos. Essa experiência vivida tem sido correlatada pelos relatos das mulheres atingidas, desde a primeira reunião realizada para a produção desse estudo. Essa violação dos direitos humanos das mulheres afeta diferentes áreas de suas vidas. Por exemplo, as mulheres atingidas afirmaram que a Vale tem adotado uma postura de cooptar mulheres em seus territórios e, quando elas não são influenciadas, a empresa se recusa a reconhecê-las como representantes legítimas das comunidades atingidas. Além disso, a Vale não reconhece as especificidades da vida das mulheres quando estão reparando as sérias violações de direitos humanos que causaram. A empresa invisibiliza e assedia as mulheres.

A Vale é até um pouco machista no seu tratamento com as mulheres. É muito interessante, quando a empresa não consegue influenciar uma líder, eles param de reconhecê-la como tal. Eu mesma, quando tive um conflito com eles, eles me perguntaram quem era a principal liderança e, logo depois, cortaram meu auxílio emergencial. (Violeta, 2021)

No meu ponto de vista, a empresa não faz nada para assistir as mulheres. Eles fazem isso do jeito deles, mesma coisa para tudo. Eles nos tratam do mesmo jeito, homem ou mulher. Não há iniciativas específicas para mulheres. (Margarida, 2021)

O assédio sobre essas mulheres é também grande. Quando uma mulher fala numa assembleia pública, eles tentam apaga-la, isso mostra o tanto quanto tentam assedia-la. Infelizmente, aquele velho ditado machista continua: “Mulheres, como sexo frágil, precisam de alguém para tomar conta delas” (Íris, 2021)

As mulheres atingidas descrevem um cenário de constantes desrespeitos e violações dos direitos humanos das mulheres pela Vale, a qual não cumpre com suas demandas, fazendo pouco de seus sofrimentos diários e registrando suas ações de maneiras impróprias.

O que nós geralmente vemos nos territórios, na Relação Comunitária [RC], nós estamos acostumados a vê-los paralisados: eles pisam na paciência dessas mulheres, porque a maioria das pessoas demandando fornecimento de itens básicos de direito são mulheres. As RC's tratam essas pessoas como

analfabetos funcionais, como se tivéssemos de olhos vendados e não soubéssemos a verdade. Além do mais, quando essas mulheres mudam o tom e apenas dizem, “precisamos de água”, a Vale diz que seus empregados foram destratados. (Iris, 2021)

Ontem, fiquei sabendo ainda sobre outro caso de violência. Alguém da Vale, um homem, chegou dentro do território, foi à casa de uma mulher atingida (uma que está com muita raiva, como eu), e fez uma gravação escondida da raiva dela. Ele a chamou de um monte de nomes e depois foi ao líder da comunidade para mostrar as ações da mulher, mostrando aquela gravação para alguém mais. Além de ser abusivo, ele também violou a imagem daquela mulher. (Violeta, 2021)

As mulheres já têm uma rotina de vida marcada pela exploração do trabalho, especialmente o doméstico e cuidados. Mesmo executando as mesmas tarefas que um homem, elas ainda recebem menores pagamentos. Além dessa exploração geral, as mulheres atingidas relatam que a dificuldade se aprofundou depois do rompimento, quando suas dinâmicas de vida foram radicalmente mudadas.

Todos os habitantes foram atingidos. Entretanto, as consequências na rotina diária das mulheres foram mais pesadas. Logo depois do rompimento, por exemplo, toda a dinâmica do distrito mudou. As crianças não iam às escolas e por volta de quatro meses nós tivemos que leva-los à escola e de volta para casa, não havia transporte, então as mulheres tiveram que organizar um sistema de cooperação (contando que as distâncias interdistritais eram grandes). (Íris, 2021)

Todos tentaram buscar outras áreas, mas (tenho ouvido de outras pessoas) é comum não ter sucesso na nova área. Eu conheço um pescador que costumava pescar por mais de quarenta anos nesse rio e não conseguiu evoluir em outras áreas. Muitas mulheres têm de suportar, adotando outras funções e muitas ficam deprimidas por causa disso. (Rosa, 2021)

A mudança na rotina das mulheres gera uma ‘carga mental’ resultante do que se pode ser classificado como ainda outra forma de violência, dado que elas estão sobrecarregadas devido à necessidade de reorganizar a vida escolar das crianças e a rotinas intensificadas, como discutido acima, de trabalho doméstico e cuidado.

Em todas as entrevistas as mulheres nunca falam sobre suas identidades individuais como mulheres atingidas, elas levam toda a família e comunidade em consideração em suas percepções de violência. Elas têm em comum o fato de servirem aos outros e não a elas mesmas.

Mulheres são responsáveis por tomar conta de tudo a volta delas, eu falo por experiência. Eu fui traumatizada porque minha menina, no tempo do rompimento, tinha apenas sete anos e ficou me perguntando se a lama ia alcança-la. Nós precisamos de tratamento psicológico todo o tempo. (Rosa, 2021)

Mães têm mais dificuldades quando se trata dos filhos. Antes do rompimento, eles estavam passeando em todo lugar, eles nadavam, estudavam... Hoje em dia, as crianças não estudam mais, elas só se importam com seus celulares. O prazer se foi. Antes, eles não se importavam tanto com seus telefones, eles não se preocupavam em qual a rua brincar, eles apenas iriam pegar uma vara de pesca e brincar no rio. Hoje em dia, não existe um lugar onde podemos leva-los e as mães perderam a alegria. (Margarida, 2021)

Diante dos relatos abrangentes sobre violência de gênero, as participantes foram questionadas se consideravam que as mulheres foram as mais afetadas pelo rompimento da barragem de Brumadinho. Todas as respostas estavam de acordo. A declaração abaixo considera tanto a perda material como a imaterial que elas tiveram e inclui a relação com a comunidade e a alegria de viver.

Quando alguém me pergunta isso, se fui atingida, eu lembro imediatamente dos primeiros momentos depois do rompimento. Eu costumava ser uma pessoa muito ativa e o rompimento paralisou cada movimento meu: um projeto para o mercado, a pousada onde eu era sócia, as aulas de horticultura que eu dava... a vida começou a parar lentamente e eu comecei a procurar por ajuda. A primeira porta que bati foi a da Secretaria de Agricultura de Brumadinho e ouvi exatamente a seguinte pergunta: “a lama passou pelo seu quintal?” Eu respirei fundo e disse: “não.” A lama não passou pelo meu quintal, passou pela minha alma. (Íris, 2021)

Eu acho que as mulheres foram as mais atingidas porque elas já têm jornada dupla, ou tripla. Homens procuram trabalho e vão trabalhar. Mulheres, além de trabalharem, trabalham na casa e, depois do rompimento, eu diria que a jornada triplicou. (Rosa, 2021)

Eu acredito que eu fui atingida porque fiz a minha vida da pesca. Eu tinha minha própria renda. E hoje eu não a tenho mais. Hoje eu vivo dentro de uma casa. Eu não posso ir ao trabalho por causa de uma condição da coluna. Hoje em dia, eu não tenho na minha casa o que eu costumava ter... A abundância se foi. Antes, você abria meu freezer e estaria cheio de peixes, havia outras coisas que o peixe nos permitia trazer pra casa. Hoje em dia, estou tentando criar frangos, mas não está funcionando, eles sempre morrem. Em 2019, tínhamos uma vida, hoje não podemos chamar isso verdadeiramente de vida. Antes, se você queria comer algo em especial, eu iria apenas pegaria e encontraria algum dinheiro pra pagar depois. Hoje, se eu quero comer, eu tenho que esperar por meu marido ganhar o dinheiro para comprar. (Margarida, 2021)

Somado a todas as violações de direitos humanos, mulheres ainda precisam de lutar para serem reconhecidas como desproporcionalmente impactadas. Muitas perderam seus trabalhos devido ao tempo e energia que investiram em procurar por seus direitos e reconhecimento

Os homens conseguiram manter seus empregos, diferente das mulheres, que tiveram que ir atrás de tudo: papéis, documentos, de serem reconhecidas pela Vale como pessoas atingidas. Elas tiveram essa sobrecarga; tiveram que

perseguir tudo aquilo, enquanto os homens continuaram trabalhando. Portanto, muitas mulheres perderam sua renda devido a esses tipos de situação. É por causa disso que os pais conseguiram manter seus empregos enquanto as mães, não. (Rosa, 2021)

Durante a reunião online de 31 de julho de 2021, as mulheres participantes também falaram sobre a falta de liberdade e segurança que a presença de muitos trabalhadores homens de empresas terceirizadas gera na região, como podemos ver na sentença a seguir: “falta de segurança, muitos forasteiros vieram trabalhar”. Além disso, elas falaram sobre o assédio dos trabalhadores da Vale contra as mulheres no território.

Existe ainda uma questão muito séria, o assédio dos empregados da Vale sofrido pelas mulheres no território. Houve casamentos desfeitos devido aos avanços dos terceirizados e empregados da Vale. Existem casos de mulheres que sofreram violência de pessoas de casa e de empregados da Vale também. (Violeta, 2021)

A situação de violência contra as mulheres é alarmante. Em qualquer área, empregados das companhias de mineração às vezes assediam mulheres. A violência é persistente tipo de território. Depois do rompimento, devido a várias construções resultantes e movimentos causados pelo crime, muitos homens migraram para o município. Eu acho que é importante começar por essa violência externa, pois esse processo levou a revitimização de mulheres devido ao crime. (Íris, 2021)

Na reunião presencial das mulheres atingidas do município de São Joaquim de Bicas, em 18 de setembro de 2021, as mulheres apontaram a falta de segurança e infraestrutura nas comunidades locais, o que as coloca em risco adicional, como ruas não pavimentadas e a falta de iluminação pública. Outras questões agravam a insegurança: o aumento de violência doméstica e uso de drogas, o aumento da urbanização e a falta de infraestrutura pública para acomodar o crescimento da população com a chegada de trabalhadores de fora na região. O resumo desses problemas gera duas consequências cruciais para as mulheres: acesso reduzido aos serviços públicos, especialmente à saúde e limitação de acesso aos espaços públicos de coexistência, devido à insegurança. Mulheres, por medo de serem assediadas ou estropadas, acabam deixando a esfera pública e se trancando em suas casas, o que significa a restrição da liberdade de ir e vir.

Durante essa reunião, as várias situações de violência e insegurança experienciadas pelas mulheres, o que tem piorado depois do rompimento da barragem, emergiram com maior expressão. O aumento da população, principalmente devido aos trabalhadores das obras de reparação, adicionado à falta de estrutura pública (iluminação, pavimentação, policiamento) pode gerar medo e insegurança. O aumento da presença de homens nas cidades e comunidades coloca uma verdadeira ameaça para essas mulheres, que estão perturbadas sobre sua própria segurança e das mulheres mais jovens – filhas, sobrinhas e amigas.

No modelo de sociedade patriarcal, as mulheres estão em um lugar de submissão, responsáveis por tarefas domésticas e cuidado dos filhos e da família. Quando as normas

de gênero são desafiadas com mulheres se movendo para posições de maior liderança dentro da comunidade, a violência física contra elas aumenta, como resultado. O crescimento dessa forma de agressão tem sido substancial nessa região, especialmente depois do rompimento da barragem de Brumadinho.

Depois do rompimento, o problema está aumentando, e nós nunca nem ouvimos sobre isso antes. Agora é assustador, ouvir histórias de muitas mulheres, especialmente aquelas que vieram para a luta. Aquelas que expõem sua indignação, além de serem julgadas como loucas, briguentas, insuportáveis, são também severamente punidas por muitos maridos que não conseguem aguentar suas mulheres lutando por seus direitos. Muitas mulheres me ligam às lágrimas, para dizer que não podem continuar vindo aos protestos, elas dão desculpas, mas você sabe que há algo a mais lá, através de seu choro. (Violeta, 2021)

Sim, a violência doméstica tem aumentado terrivelmente, com verdadeiras agressões físicas. Porque muitas mulheres começaram a lutar por seus direitos e os homens ficaram mais rebeldes. (Rosa, 2021)

As mulheres atingidas também relataram um aumento na violência doméstica e no uso de drogas. Isso deve se relacionar à perda de renda, à perda de identidade com o lugar, ao rompimento da comunidade e a desorganização do espaço familiar.

Hoje em dia, o sofrimento de violência doméstica das mulheres se tornou um problema atual. Nós nunca ouvimos isso antes, em Cachoeira do Choro, e agora os casos continuam crescendo. Isso não é publicado, continua nas sombras, mas novos casos sempre chamam minha atenção. Mulheres me contam todos os dias “hoje ele me deu um soco no olho”, “ontem, ele fez isso”, é algo muito doloroso de lidar e ouvir. (Violeta, 2021)

A violência doméstica, nas casas, piorou muito. Muitos maridos perderam seus empregos, tiveram problemas com a renda, eles começaram a beber por causa da depressão. E a negação de fazer um tratamento psicológico, é machismo, eles simplesmente não podem ver as questões psicológicas se tornando realidade. Esses homens se entregam ao alcoolismo, o que maximiza a violência em suas casas. (Íris, 2021)

O uso de drogas aumentou na região depois do rompimento, isso pode ser visto como um resultado do sofrimento tanto para os homens, que perderam seus empregos e renda, quanto para a juventude como uma busca por mascarar a dor causada pelo rompimento da comunidade, da geração de emprego, das relações e do lazer. Todas essas condições, relatadas próximo aos três anos do rompimento, mostram que a comunidade e as relações de trabalho não foram recuperadas ainda nas comunidades atingidas.

A Arpillera elaborada na reunião de agosto de 2019 (imagem 4) no município de Mário Campos ilustra situações experienciadas antes e depois da ruptura da barragem. Ela contém questões afetando a vida social da comunidade, como o fluxo aumentado de

veículos e caminhões, o que aumenta a poeira, e a organização das mulheres para buscar a proteção de seus direitos. Essa Arpillera nos permite analisar o impacto trazido à vida das mulheres pelas mudanças na comunidade: insegurança gerada pelo tráfego de caminhões e a presença de caminhoneiros na região, assim como o aumento do trabalho doméstico por causa da poeira.



Imagem 4 – Arpillera criada na reunião de agosto de 2019 no município de Mário Campos

Esses impactos sobre a vida social da comunidade afetam as mulheres mais profundamente. Elas são as que se preocupam com as crianças brincando em meio ao acrescido tráfego. Elas são as sobrecarregadas com o trabalho doméstico devido ao aumento da poeira, elas são as que estão preocupadas com as doenças que devem resultar disso. Elas são as que se preocupam com um potencial assédio, estupro e prostituição, para os quais elas são mais vulneráveis enquanto o número de homens no município dispara.

Somado aos elementos mencionados acima, nós encontramos uma relação muito forte entre renda, violência física/doméstica e dependência financeira nas considerações das mulheres atingidas.

O impacto é grande para todos, mas para nós mulheres, a falta de renda é uma prisão. Porque nossa renda nos deu alguma liberdade, significando algum nível de controle de nossas próprias vidas. (Violeta, 2021)

Algumas mulheres têm ficado a par desse problema e tomado atitudes. Mas outras, como não veem perspectiva de emprego e renda para escapar da

dependência desses homens, elas acabam se permitindo estarem expostas à violência contínua. (Íris, 2021)

Em muitos casos, a violência doméstica ainda não é entendida como um crime ou uma agressão. Ela é naturalizada e não reconhecida pelas mulheres atingidas que sofrem com ela.

Algumas mulheres sofrem violência, mas elas ainda não percebem isso, elas dizem que foi culpa delas. “Ela é a que bebeu um pouquinho, perdeu o controle, ficou louca...então, ele socou ela pra acalmar” (Violeta, 2021)

Da mesma maneira que muitas mulheres ainda normalizam os maus tratos, vendo isso como algo normal e natural, há também uma normalização concernente à raça e classe social. A violência contra mulheres negras é normalizada, contra mulheres de classes mais baixas, contra mulheres de áreas rurais. Essa é a realidade da nossa sociedade, mas isso é maximizado por diversas situações. (Íris, 2021)

Vem havendo uma falha das autoridades em delegar suas obrigações a seus cumpridores, em face à situação alarmante da crescente violência contra mulheres. Até aqui, o Estado e a Vale não atuaram para resolver ou mitigar a situação. É notório que o senso comum ainda não associa a violência contra as mulheres com o rompimento da barragem. Isso aparece nos relatos das mulheres e elas articulam diferentes exemplos, mas é aparente que até as leis já existentes de proteção da mulher contra a violência não estão sendo cumpridas e que as redes de proteção não estão sendo fortalecidas. Apenas duas das cidades das entrevistadas têm Delegacias da Mulher (Betim e Curvelo).

A lacuna entre teoria e prática das ações da empresa no território fortalece ainda mais a violência de gênero, assim como ajuda a esconder esse fato. As atingidas entrevistadas relatam com indignação a discrepância entre a propaganda da empresa e como a vida delas realmente é.

Em tese, de acordo com a propaganda, nós tivemos uma reparação completa. Eles até criaram um novo programa para contratar mulheres. As propagandas são bonitas; eu queria viver num anúncio da Vale. Mas a realidade é diferente. Na verdade, a Vale nos trata como jacarés, todos sem valor. Se nossas vidas fossem levadas em consideração, esse crime nunca teria acontecido. (Íris, 2021)

De acordo com a Vale, ninguém morreu. Nem mesmo um cachorro morreu. Não houve crime. Meu Deus, como nós chegamos aqui? Minha vontade é de pega-los e mergulha-los na lama de minério deles, para que percebam o que têm feito para os outros. Eles tiraram a vida das pessoas e fingem que nada aconteceu. Do que eu posso ver e sentir, a culpa é nossa, não da Vale. As pessoas estão erradas e eles acharam um juiz mal e corrupto para ficar do lado deles. (Margarida, 2021)

Todos esses impactos tem uma grande e profunda presença nas vidas das mulheres atingidas na Bacia do Rio Paraopeba. Dada a particular seriedade e natureza difundida desses impactos, essa questão requer recomendações transformativas específicas de gênero quando se trata de reparar as desigualdades estruturais significativamente agravadas pelo rompimento de barragens no Brasil.

Impactos nos direitos das mulheres relacionados a trabalho e renda

A Arpillera feita na reunião com as mulheres atingidas no bairro Satélite, Juatuba (agosto, 2019) ilustra a perda de possibilidade de exercer trabalho com agricultura, o qual costumava ser feito pelas mulheres. Esse impacto foi de grande importância, visto que a agricultura era o principal meio de vida delas. A impossibilidade de cultivar a terra para a produção levou à perda de trabalho e, conseqüentemente, a perda de autonomia financeira das mulheres e a autonomia sobre a produção de comida saudável. Essa perda levou a insegurança alimentar para muitas famílias, visto que agora precisam comprar comida no mercado.



Imagem 5 - Arpillera criada em Satélite, Juatuba. Coletivo de mulheres do MAB

Durante a reunião online das mulheres atingidas da Bacia do Rio Paraopeba em 31 de julho de 2021, as mulheres se referiram especificamente à perda de trabalho com frases como “Lidando com hortas e gado destruídos” e “O lugar onde eu fiz minha vida se tornou tristeza para mim”. Nas palavras delas:

Hoje eu tenho uma mini horta. Antigamente, eu tinha galinhas de raça pura, porcos e cavalos. Agora eu tenho apenas alguns frangos com deficiência de

alimentação. E não posso mais produzir ou comprar alimento adequado. (Violeta, 2021)

Essa área produziu vegetais, mas muitas hortas agora estão fechadas. Não há produção. A pequena existência de produção depende do fornecimento de água da Vale (caminhões pipa e galões de água mineral), porque não conseguimos achar o suficiente de água para irrigar as hortas. (Rosa, 2021)

Muitas mulheres produtoras pararam suas atividades por causa da contaminação. Isso é parte do processo de expulsão. Você extingue o sustento das pessoas. (Íris, 2021)

Essa realidade também se aplica para outras áreas de trabalho, como o turismo, limpeza e pesca.

Depois da perda do rio e dos quintais, as pessoas perderam suas rendas e algumas famílias agora dependem de receber cestas básicas para sobreviver. Hoje em dia, temos 40 famílias que precisam dessa ajuda, mas recebemos apenas 23 cestas básicas. Nós temos que fazer rodízio das famílias para que as mulheres possam ter algo para alimentar seus filhos. Nós sempre vemos, na comunidade, mulheres que tinham renda irrem procurar por mamões verdes nas árvores para se alimentarem e a suas famílias. (Violeta, 2021)

Ninguém come peixe mais. Eu tenho medo de comer peixe. Às vezes nós comemos nossa produção, quando eles crescem. As plantas morrem antes de darem frutos, como as bananeiras, todas morrem. Os cachos de banana, por exemplo, às vezes dão dois lotes. Antigamente, um cacho podia ser dividido e alimentar uma família inteira. (Rosa, 2021)

Há vários danos, especialmente na área rural. A maioria das mulheres trabalham como empregadas domésticas, mas não há mais transporte das casas principais para a área rural. Nós conduzimos o estudo com as empregadas; elas tiveram um impacto tremendo em suas rendas, como não podiam chegar aos seus locais de trabalho. (Íris, 2021)

A barragem afetou muito a vida das mulheres. Muitas delas eram pescadoras, incluindo eu mesma, e isso causou um grande impacto já que temos nossas rendas da pesca... Nós comíamos e vendíamos peixes, nós oferecíamos peixes para os amigos, nós os fritávamos ou assávamos, nós convidávamos pessoas para comer. O impacto foi tamanho que isso não existe mais. Nós também costumávamos convidar pessoas para a beira do rio, para pescar e brincar... Nós não temos mais isso. (Margarida, 2021)

Na área urbana do município de Brumadinho, as mulheres atingidas trabalhavam principalmente como donas de casa e comerciantes. As mulheres comerciantes experienciaram um impacto direto à medida que as vendas diminuíram a ponto de excluir totalmente essa fonte de renda, em muitos casos. De acordo com Rosa “Quando

nós olhamos para a questão da renda...Eu era uma comerciante e minhas vendas chegaram a zero.”

Além do mais, não existem trabalhos no isolamento do território: elas eram parte de uma cadeia inteira de produção que foi quebrada.

Isso causou uma reação em cadeia. Por exemplo, a mulher agricultora tinha uma barraca e sua horta. Aquelas que proviam seus lucros também tiveram suas rendas reduzidas. Ela compartilharia seus lucros com quem a ajudava na barraca ou na horta, esses também perderam a renda. Mulheres que tinham mercearias, pequenas agricultoras que vendiam suas produções para pousadas e restaurantes, essas fontes de renda se foram. Toda uma cadeia de produção foi impactada. É difícil para as pessoas entenderem o cenário como um todo, porque vai desde os catadores de latinhas de alumínio, das donas de casa que reciclavam materiais para produzir artigos de artesanato que venderiam nos finais de semana, vem dessa pessoa até os donos dos negócios. Em Piedade do Paraopeba, como vila turística, toda mulher desenvolvia uma atividade como produção agrícola, artes e artesanatos, culinária, limpeza... Todas elas perderam seus empregos. Os negócios também faliram ou descartaram as mulheres que supriam essas necessidades para empregar membros da família. (Íris, 2021)

Somado à perda de trabalhos de geração de renda, as mulheres atingidas observaram um aumento em suas horas de trabalho, especialmente aqueles ligados a tarefas domésticas e ao cuidado.

Trabalho doméstico, coisas na casa, dobraram ou até triplicaram. Aquelas que eram donas de casa também reclama porque o que tinha de ser limpadado uma vez ao dia, agora precisa ser três vezes, devido à poeira do minério, que é muito densa, pesada, gruda na poeira e se torna gordurosa. Há uma estrada que sai daqui (Bicas) para Brumadinho usada por caminhões cheios de minério. As cargas não são cobertas. (Rosa, 2021)

O trabalho doméstico mudou porque a poeira aumenta muito quando o tempo está quente. É como uma lama preta. Meia ou uma hora depois de limpar a casa, está toda suja de novo, como se você não tivesse tido cuidado. Hoje em dia, as crianças ficam em casa porque nós não podemos deixa-las passearem por perto, é sempre uma grande bagunça, a casa está sempre suja, tem mais roupa suja. Toda vez que você vai à cozinha, encontra louça na pia. Antigamente, você serviria o almoço, limparia a casa e todo mundo iria para a beira do rio. Hoje em dia, como os homens estão indo trabalhar fora, ninguém quer ajudar com as tarefas domésticas, eles não fazem nada. (Margarida, 2021)

O não reconhecimento do trabalho feito pelas mulheres como trabalho de cuidados não remunerado é parte do sistema de opressão e exploração das mulheres no sistema capitalista e patriarcal. Depois do rompimento, notamos que todo o trabalho feito informalmente pelas mulheres atingidas se tornou invisível.

A invisibilidade de atividades econômicas informais, quando a única prova disso são as afirmações das pessoas que vivem no território... Quando se trata de mercearias do Córrego do Pereira, os que tem uma barraquinha de bambu na esquina, ou catadores de latinhas... quem os conhece? Dessa forma, nós estávamos assistindo a um processo de invisibilização e violência contra aquelas mulheres, é simplesmente muito cruel. Quem vai reconhecer essa informalidade? Pelo menos 70% das atividades econômicas são informais. Então, como você pode provar sua atividade econômica sem comprometer aqueles que concedem sua renda? (Íris, 2021)

Durante a reunião das mulheres para criar a Arpillera em São Joaquim de Bicas, em 18 de setembro de 2021, as participantes apontaram a redução ou perda de renda como um dos impactos sofridos por elas devido ao rompimento.

Além da perda de empregos, as mulheres acham difícil retornar ao mercado de trabalho devido ao preconceito da sociedade com as vítimas do colapso da barragem de Brumadinho. Isso reforça a conclusão de que a retomada do trabalho pelas mulheres é um desafio maior que abrange diversas variáveis. A perda de trabalho formal e o crescimento de trabalhos domésticos e de cuidado geraram um ciclo que disparou outros impactos na vida das mulheres. A perda de trabalho formal gerou dependência econômica, especialmente dos maridos, aumentando a vulnerabilidade das mulheres. Mulheres que haviam conseguido ganhar a independência se acharam economicamente dependentes dos homens mais uma vez (maridos, pais, irmãos, etc.) depois do rompimento da barragem.

Nós, as mulheres, tivemos muita autonomia em Cachoeira do Choro. Nós costumávamos pescar; vendíamos os peixes e não dependíamos dos nossos maridos. Aquelas mulheres que não tinham um, poderiam criar a família por elas mesmas. Nós éramos independentes financeiramente e como indivíduos. (Violeta, 2021)

As mulheres tinham suas próprias rendas para comprar suas coisas. Hoje, elas não podem nem comprar essas coisas porque não têm dinheiro. (Rosa, 2021)

As mulheres foram atingidas em dobro. Há questões relacionadas a filhos e maridos. Nós não íamos trabalhar fora, nós costumávamos trabalhar aqui. Hoje, se você precisa de algum dinheiro, tem que pedir a seu marido. Sem falar nas doenças que agravam isso. (Margarida, 2021)

Podemos ver que as condições de vida dessas mulheres e comunidades foram dramaticamente pioradas pelo rompimento da barragem de Brumadinho. As condições de trabalho e renda afetadas não foram reparadas. Além disso, muitas formas de trabalho e renda das mulheres eram informais (sem contrato formal), como relatado através dessa seção. Portanto, para que haja uma compensação integral do dano, as ações de reparação devem imaginar diferentes formas de estabelecer ligações entre o dano e o rompimento da barragem. Depois do desastre da Bacia do Rio Doce, a Vale

implementou acordos que requeriam documentos formais para estabelecer prova de trabalho, mas esses formatos excluem trabalhadoras domésticas, diaristas, recicladoras e catadoras de material, pequenas vendedoras, artesãos, pequenos negociantes, pousadas, restaurantes, fazendas, etc. Esses trabalhos eram feitos principalmente por mulheres.

Impactos na saúde mental das mulheres

Durante a reunião regional das mulheres atingidas na Bacia do rio Paraopeba, feita em 31 de julho de 2021, a maioria delas falaram sobre saúde e sobre tópicos que se referiram à saúde mental. Das 40 mulheres que aderiram à reunião, algumas foram claras sobre saúde, com frases como, “lutar pela saúde da família” ou “depois do rompimento, eu sofro com depressão”. Outras se expressaram com palavras como dor, tristeza, ferimentos, fim de sonhos, lágrimas, medo, perdas: “mulheres vivem com a perda de tudo”, “lutar pra continuar de pé”, “nada que a Vale faça tornará as marcas e a dor mais fáceis”, “um crime que marcou a nossa vida para sempre” e “a Vale tirou meu direito de viver bem”.

Na frase “lutar pela saúde da família”, nós percebemos a preocupação das mulheres com o bem estar de toda a família, o que as encobre com preocupações extra e com cuidado de familiares doentes. Essa preocupação foi um dos primeiros tópicos abordados nas entrevistas – especialmente preocupações com os outros: filhos, família e comunidade. A respeito de seus filhos e netos, as mulheres atingidas relataram um aumento nas doenças, particularmente distúrbios mentais, o que preocupa grandemente as mães e avós. Outra fonte de preocupações é sobre como lidar com a nova situação após o rompimento, quando elas perderam o acesso à água e têm riscos de contaminação. Rosa começou:

As vidas de nossas crianças são nossa responsabilidade. Nós temos que procurar por psicólogos, essas coisas são deixadas para a mulher, (...) a mulher precisa se contentar com o que ela tem.

Violeta disse:

Mulheres não pensam somente nelas. Chegar ao hospital hoje em dia é muito difícil porque ninguém te leva. Antigamente, nós podíamos facilmente pagar por transporte, tirávamos o dinheiro do rio, mas agora não podemos arcar com o transporte para ajudar nossos filhos.

Além disso, Violeta transmitiu que tem medo quando dá banho em seu neto, devido à qualidade da água. No contexto de doenças causadas pelo rompimento, mulheres têm que viver com suas perdas pessoais e individuais, mas elas também assumiram o ônus de garantir a saúde da família e do cuidado por aqueles que se adoentam. Essa sobrecarga de preocupações sobre a saúde dos outros pode causar problemas de doenças mentais para as próprias mulheres.

Durante a reunião regional, as mulheres relataram distúrbios mentais nas entrevistas: aumento de ideias suicidas entre as pessoas nas comunidades atingidas, aumento dos casos de suicídio nas comunidades, aumento de depressão, dificuldades com o sono, perda de esperança, perda de lazer, perda de autonomia das mulheres, perda de alegria de viver e felicidade. Sobre isso, Violeta afirmou que ela não conseguiu dormir por um longo período após o rompimento. Relata:

A primeira coisa que eu senti intensamente depois do rompimento foi insônia. De onde eu estou sentada agora, da minha varanda, eu posso ouvir o rio, o rio sempre canta canções de ninar. Por um longo tempo, eu não podia dormir, desenvolvi bruxismo. Quando eu fui ver um médico, por volta de um ano e meio depois do rompimento, quando eu sentei na frente da doutora, eu não conseguia dizer a ela o que eu tinha, e só chorei. Ao lado de meu medo, insegurança, angústia, eu senti uma fúria crescendo, uma grande indignação. Quando abro meus olhos de manhã, eu não consigo ser mais tão agradecida pelo dia nascendo. E não penso mais do que “um dia a mais”. Eu não queria estar lá naquele dia. É somente outro dia. (Violeta, 2021)

Ainda a respeito de distúrbios mentais, depressão e suicídio, Rosa começou:

É algo mental, estou falando por todas nós, nós todas devíamos ter tratamento psicológico porque temos um trauma. Muitas pessoas tiveram depressão por causa desse crime. Pessoas tinham seus hábitos de lazer, não temos mais. Nosso lazer era ver as crianças nadarem e brincarem no rio. Hoje, as crianças não podem ir para a beira do rio e estamos mais trancados do lado de dentro, não temos nada pra fazer. Além disso, o problema do suicídio tem crescido, tem se tornado uma questão maior porque as pessoas acabam se fechando em si mesmas, estão perdendo a esperança de irem às ruas. Quando é sobre as crianças, isso é o que mais nos preocupa; vemos muitas crianças e adolescentes fazendo isso. Imagine seu filho trancado 24 horas por dia num quarto escuro, sem querer fazer nada. Há muitas crianças tomando antidepressivos. Olhe para a situação da mãe, ela fica desesperada. (Rosa, 2021)

Até aqueles que não perderam diretamente membros da família no rompimento caíram na tristeza e experimentaram a dor, especialmente na cidade de Brumadinho. Os dados da secretaria de saúde de Brumadinho indicam que, um ano após o rompimento, o uso de antidepressivos cresceu cerca de 56% e de ansiolíticos 79%. Registros de tentativas de suicídio saltaram de 29 para 47.

A respeito de Brumadinho, Iris nos disse que muitas pessoas jovens se recusaram a atravessar a ponte reconstruída pela Vale porque os corpos das pessoas que morreram no dia do rompimento foram encontrados debaixo daquela ponte. De acordo com ela:

Eles construíram a ponte lá. Toda vez que atravessamos aquela ponte, revivemos aquele dia, revivemos um crime em andamento. Muitas crianças e adolescentes se recusaram a ir para a escola porque eles têm que ir do campo para áreas urbanas. Muitos deles queriam abandonar a escola, e alguns o fizeram, porque eles não queriam andar no curso da lama e lembrar algum

parente, amigo, alguém que eles conhecem que estava lá. As mães tinham que lidar com esse fardo pesado. (Íris, 2021)

A frase “lutando para permanecer de pé” expressa a ruptura pessoal que as mulheres sofreram e sua dificuldade de seguir em frente, desde todos os desafios diários e planos, assim como os sonhos, foram interrompidos. Desde que os modos de vidas delas foram quebrados, a organização coletiva e a coexistência com outras mulheres as permitiram compartilhar problemas, se tornou um jeito de continuar. A respeito da perda de esperança, Íris disse que todas as atividades produtivas nas quais ela era envolvida foram paralisadas:

A vida desacelerou até que parou. A lama não passou pelo meu quintal, passou por minha alma, porque todos os meus sonhos, perspectivas, projetos e expectativas foram embora com ela – e eu estou a 23km do foco, imagine se tivesse passado pelo meu quintal. Isso não tocou uma área material de nossas vidas, tocou um lugar que deveria ser intocável, nossas almas, nossos sonhos, nossas perspectivas, nossa rotina. Eu, como outras mulheres, estou certa disso, perdi meu direito ao futuro, o futuro de todos, o futuro das nossas crianças. Mulheres, especificamente, são as que se preocupam com o futuro. Suas almas agora estão confusas; isso as impede de seguir por um futuro com possibilidades, literalmente. Isso não pode ser medido. (Íris, 2021)

A frase “a Vale tomou meu direito de viver bem” denuncia a destruição do modo de vida dessas mulheres, causada pelo rompimento. Seu modo de vida garantiam alguns direitos básicos: o direito à água, o direito ao trabalho, o direito à vida digna e da família viver – os quais estão ausentes hoje em dia. Se não é mais possível viver bem, há também uma indicação de que a situação atual não as permite ter qualidade de vida.

A profundidade das perdas e da dor é evidente nas frases a seguir: “nada que a Vale faça tornará as marcas e a dor mais fáceis” e “um crime que marcou a vida para sempre”. No mesmo sentido da lembrança perpétua do rompimento na imaginação das mulheres, as entrevistadas relataram a impossibilidade de esquecer o que aconteceu. Elas ressaltaram que o dano continua e se agrava todo dia. Rosa recontou que, atualmente, as mulheres não falam nada além do dano causado pelo rompimento e as ações de reparação, entre elas. Nas palavras dela:

Antes do rompimento, nós tínhamos uma vida normal. Costumávamos nos sentar juntas e falar sobre coisas normais, mas agora é diferente. Agora, nós falamos sobre não termos recebido a compensação da Vale, se ela chegou, nosso único assunto é esse crime. Antes, isso não passava por nossas cabeças; falávamos sobre coisas do dia-a-dia, sobre novela. Ninguém fala da novela mais. Nós falamos sobre a enchente do rio, sobre a lama em nossos quintais, isso é o que falamos esses dias. (...) Quando é sobre doenças mentais, alguém pode fazer todo tipo de tratamento, mas as sequelas continuam, o dano vai ficar. Nós não esquecemos um só detalhe do que nos aconteceu. (Rosa, 2021)

“Nós estamos chorando por três anos, minha comunidade tem chorado por três anos”, disse Violeta. Essas sentenças mostram que as mulheres atingidas, aproximadamente três anos após o rompimento, ainda estão lidando com esses sentimentos de uma

maneira intensa. Esses sentimentos as têm sacudido profundamente e deve indicar que elas sentiram falta de suporte para lidar com a perda e a dor de uma forma menos agressiva para elas.

A Arpillera feita na reunião de mulheres atingidas no município de Brumadinho em agosto de 2019 (Imagem 6) ilustra uma imagem dramática dos esforços de resgate dos corpos humanos e de animais em meio aos rejeitos por bombeiros. A ansiedade diária por notícias do resgate e a permanente lembrança dos mortos, os dois agravados pelo barulho furioso dos helicópteros, marcou o sofrimento das famílias nos primeiros meses após o rompimento. A decisão das mulheres de ilustrar essa situação mostra o trauma coletivo da população da cidade, um impacto que tem grandes consequências para a saúde mental. A maioria das pessoas que morreram eram homens (218 homens e 52 mulheres), o que significa que há um grande número de mulheres – as mães, viúvas, filhas desses homens – que sobreviveram e ainda estão sofrendo.



Imagem 6 – Arpillera criada por mulheres atingidas na reunião em Brumadinho. Agosto de 2019.
Coletivo de Mulheres do MAB.

Nas entrevistas semiestruturadas em profundidade, todas as quatro entrevistadas mencionaram situações de doenças dentre os principais danos causados pelo rompimento da barragem. Elas falaram sobre situações de doenças físicas e mentais as afetando e também a outras mulheres, crianças e jovens. As mulheres se referiram à mudança no comportamento das crianças desde que elas perderam o rio como uma opção de lazer: elas ficam em casa usando o celular e mostram sinais de esquecimento

e trauma. Rosa relatou que muitas crianças e jovens estão tomando antidepressivos, o que é a causa de grande preocupação para as mulheres.

Além do mais, doenças respiratórias são mais frequentes e severas devido ao aumento da quantidade de poeira. As mulheres também falaram sobre mudanças negativas na dieta, já que não é possível consumir peixes e a produção de vegetais está limitada na região atingida. Esses itens eram a base do sustento da comunidade. As quatro entrevistadas também mencionaram a dificuldade de acesso aos serviços de saúde, especialmente com respeito a questões de saúde das mulheres.

Todas essas frases, afirmações e representações através das Arpilleras são indicadores do impacto na saúde, especialmente o sofrimento mental perturbando as mulheres atingidas desde o rompimento, aproximadamente há três anos. Elas também indicam a falta de apoio psicológico adequado. As mulheres atingidas têm aguentado uma sobrecarga de tarefas e preocupações. O modo de vida passou por mudanças extremas depois da perda do relacionamento com o rio. Há insegurança sobre o futuro, sobre a possibilidade de retornar ao antigo modo de vida, o que angustia as mulheres todo dia. A perda de trabalho fora de casa, o que representava um espaço de socialização muito importante para as mulheres e a perda de renda tem reduzido suas autonomias financeiras. Esses fatores levaram a doenças e as fazem mais vulneráveis a outras violações de direitos. A impossibilidade de volta ao trabalho foi considerada um fator central pelas entrevistadas, já que isso impede a reestruturação da vida das mulheres completamente.

O rio, como o principal espaço de lazer para as mulheres, crianças e pessoas jovens, não pode mais ser usado. Mulheres têm poucos espaços de socialização e lazer; elas sofrem quando esses poucos espaços são perdidos. A destruição ou desorganização da comunidade, das relações culturais e religiosas afetou a vida dessas mulheres diretamente e também afetou suas chances de recuperação depois do desastre, uma vez que suas redes de apoio estão quebradas.

O sofrimento gerado pelo rompimento da barragem não se vai e ainda causa dor às mulheres. Esse sofrimento se intensifica quando as ações de remediação ou reparação não são realizadas ou são executadas de uma maneira insatisfatória e insuficiente. Todas as entrevistadas falaram sobre a falta de cuidados com a saúde mental nas ações realizadas pelo Estado ou pela empresa Vale. Pelas entrevistas, nós percebemos que o Estado não intensificou os esforços de cuidado com a saúde após o rompimento, nem garantiu saúde básica para a população atingida. As entrevistadas também relataram ações insuficientes da parte da empresa Vale em garantir fornecimento de água adequado e ações na reestruturação econômica das comunidades, o que gera a perpetuação do dano, angústia e sofrimento. Com reparação inadequada, o futuro permanece como um pensamento de angústia e insegurança.

Para mitigar os problemas de saúde mental, a Vale organizou ações com profissionais no campo da psicologia, contratados diretamente pela empresa. A população atingida, e especialmente as mulheres, se sentiram desconfortáveis em falar com esses

profissionais, o que atrapalhou a oferta de tratamento adequado e acompanhamento. Os profissionais são pagos pela empresa que causou o dano, então eles não inspiram confiança na população local.

As doenças mentais e os processos que as causam requerem tratamento efetivo que deve ser feito sem conexão com a empresa que causou o dano (Vale), além do financiamento. O estado deve executar as operações através do Sistema Único de Saúde (SUS). No caso das mulheres, o tratamento da saúde mental deve levar em consideração as especificidades das violações experienciadas pelas mulheres atingidas.

Conclusões e Ações Necessárias

As entrevistas e reuniões feitas com as mulheres atingidas indicaram que o colapso da barragem de Brumadinho causou sérias violações em particular dos direitos humanos das mulheres e comunidades locais atingidas como um todo. Como discutido acima, essas violações afetaram significativamente as mais básicas condições de muitas comunidades atingidas,¹⁰ incluindo seus acessos a água suficiente para usos domésticos e do dia a dia, seus sustentos, trabalho e saúde mental. Mulheres têm sido particularmente impactadas por essas violações. A perda de acesso à água própria para o consumo e água segura e suficiente para os usos do dia a dia gera muitas preocupações específicas e cargas diferenciais sobre as mulheres; isso afeta suas saúdes físicas e mentais, e trabalho e renda. Esses impactos, se não mitigados ou reparados, terão impactos adicionais e criarão um ciclo vicioso. As entrevistas conduzidas nesse estudo mostram claramente que a perda de trabalho e renda afeta a saúde mental e contribui para a ocorrência de violência doméstica. Os trabalhos de reparação e construção depois do colapso da barragem, com a aumentada presença de trabalhadores homens nos municípios atingidos, contribuem para a crescente violência e assédio contra as mulheres. Esse estudo também tem demonstrado a inter-relação entre o direito à vida digna, o direito à água, o direito ao alimento, o direito à igualdade de gênero e o direito ao trabalho das mulheres e comunidades atingidas.

Mulheres experienciam situações que só podem ser superadas se tratadas com intervenções claras e políticas transformativas de gênero, devido aos seus impactos diferenciados. Portanto, medidas de reparação devem responder a essas particularidades.

Apesar dessas demandas, os relatos acima indicam a ausência de tratamento diferenciado pela empresa a respeito do dano causado às mulheres. Em um documento

¹⁰ Para a proposição que violações de direitos humanos que afetam significativamente as mais básicas condições de vida de uma comunidade são particularmente sérias, veja a Corte Interamericana de Direitos Humanos, o caso dos Massacres de El Mazote e Lugares Próximos v. El Salvador, Julgamento de 25 de outubro de 2012, para. 180; Corte Interamericana de Direitos Humanos, Ituango Massacres v. Colombia, Julgamento de 1 de julho de 2006, Séries C Nº 148, para. 182.

preparado pela Assessoria Técnica Independente da Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS) para os Atingidos por Barragens, lemos que:

Mesmo diante das evidências da indispensabilidade de ações e políticas direcionadas às mulheres, não há qualquer direcionamento de medidas a essa população em acordos, relatos ou decisões nos processos contra a Vale S.A. Tal ausência invisibiliza o sofrimento das mulheres atingidas, ao passo que reproduz a discriminação estrutural de gênero (...). (AEDAS, 2021. P.285)

De acordo com as considerações das mulheres, a Vale e o Estado não têm atuado sobre nenhuma dessas violações de direitos e as medidas adotadas não têm provado serem suficientes para solucionar os problemas. Em relação à posição da Vale, as declarações das mulheres destacam o fornecimento insuficiente de água, práticas de cooptação, ameaças, não reconhecimento das mulheres líderes como interlocutoras das comunidades atingidas e a retenção de informação demandada pela população atingida. Iris aponta que:

Para coisas que não podem ser mensuradas, a Vale devia ter ao menos a dignidade e moral de não nos agredir pelas propagandas enganosas ou falsas perspectivas comuns enquanto eles invadem nossa comunidade com promessas e ações ou projetos. O Estado deveria também mostrar algum respeito e dignidade forçando a empresa mineradora a cumprir com o que foi definido pelo sistema legal brasileiro. E a Vale deveria cumprir a punição contra seus empregados acusados de assédio contra as mulheres no território. (Íris, 2021)

A respeito do Estado, as maiores reclamações pelas mulheres atingidas são a falta de acesso aos serviços essenciais como água potável, assistência médica e reforço legal para prevenir e punir a violência contra as mulheres.

As mulheres atingidas exigem algumas ações específicas do Estado e da Vale para mitigar e reparar o dano causado pelo colapso da barragem. Primeiramente, elas exigem **a verdadeira punição da Vale e daqueles responsáveis pela empresa, pelas autoridades judiciais brasileiras**. Nas palavras de Violeta, “Primeiramente, a justiça deve ser feita”. De acordo com Iris:

Punição, o Estado e as instituições legais devem punir a empresa pelo não cumprimento das leis, o que significa que eles devem parar de minerar ou então pagar pelo crime que cometeram. Ou a justiça deve paralisar as operações da empresa, ou qualquer nova licença ambiental deveria ser negada. Entretanto, o Estado não tem a sensibilidade de fazer isso, estamos assistindo uma total conveniência do estado de Minas Gerais. Isso se aprofunda. Como mulher, eu veria o fechamento da Vale como um milagre, porque ela não complementa o estado economicamente, ela não complementa essas comunidades e não complementa nada. Ela deve bilhões à nação. Na minha opinião, suas atividades deveriam ser interrompidas enquanto a última pessoa atingida no Rio Paraopeba e na Bacia do Rio Doce não disser, “Estou satisfeito, a justiça foi feita.” (Íris, 2021)

Outra ação a ser tomada pela Vale é permitir a **participação das comunidades atingidas, e mais especificamente das mulheres atingidas, na definição das ações de reparação**, assim como a respeito das opiniões e proposições dos atingidos e coloca-las em prática. Sobre essa questão, Rosa disse, “Primeiramente, eles têm que ouvir as mulheres. Nós não somos ouvidas, muitas vezes, como pessoas atingidas, imagine como mulheres.”

Outra ação importante a ser tomada pela Vale é a **provisão de informação adequada**, fornecendo amplo conhecimento sobre suas ações de reparação, já que as entrevistadas denunciam a recusa da empresa de divulgar as informações. Como Rosa disse, “Nós, em geral, as mulheres estão sofrendo muito mais por não ter informação”.

As mulheres atingidas também exigem que o Estado **proveja informação adequada e independente a respeito das ações da Vale**.

As entrevistadas também salientaram que precisam do governo para **garantir a reabilitação do Rio Paraopeba**. A vida das mulheres depende do rio. Suas rendas, lazer, alimentação, autonomia e socialização eram totalmente conectadas ao rio. Para elas, o dano causado pelo rompimento só será resolvido quando elas forem capazes de viver como viviam antes, o que, para um número significativo delas, depende da recuperação do rio. As mulheres irão, então, ser capazes de retomar suas rotinas, seus trabalhos, suas autonomias financeiras, seus espaços de encontro, o espaço de lazer de seus filhos e delas próprias e a tranquilidade a respeito do uso da água em suas várias atividades diárias. As mulheres destacaram a necessidade de **criar novos espaços de lazer** na ausência do rio recuperado.

As mulheres salientaram que **o Estado deve garantir os direitos básicos da população**, nomeadamente acesso à água para o consumo doméstico e usos diários, saúde física e mental adequadas, direito à igualdade de gênero, direito à vida digna e direito ao trabalho. O Estado deve desenvolver e implementar políticas públicas nesses campos nas áreas atingidas.

Além do mais, as entrevistadas chamaram pelo **Estado para assegurar que empresas como a Vale cumpram com as leis estabelecidas, especialmente aquelas que tratam do combate à violência contra mulheres**, os direitos dos povos e comunidades tradicionais e os direitos das populações atingidas por barragens. De acordo com Íris:

A Vale deveria ser obrigada a fornecer água para o consumo, tratamento médico e tratamento psicológico. Há um mecanismo no nosso sistema legal que deveria ser cumprido; eles só precisam respeitar isso. Deveria funcionar para coisas que podem ser mensuradas. (Íris, 2021)

Reparações integrais também exigem **que as mulheres sejam reconhecidas como pessoas atingidas e que as especificidades do dano causado às mulheres sejam consideradas nas ações de reparação**. Por exemplo, mulheres são majoritariamente envolvidas em trabalhos informais que são mais difíceis de recuperar após o desastre. As tarefas, preocupações, cargas e dificuldades que a sociedade em que vivemos impõem às mulheres precisam ser consideradas no processo de planejamento das ações de mitigação e reparação.

É também extremamente importante **garantir a participação das mulheres e homens atingidos na definição das ações de reparação.**

A respeito do direito à informação, os estudos independentes sobre a empresa que causou o dano devem ser fonte de informação oficial para o desenvolvimento de ações de remediação.

Danos emergenciais precisam ser abordados o mais rápido possível, como a falta de acesso à água e a perda de renda. Um plano de mitigação de dano emergencial e um claro plano de reparação são exigidos, com prazos que sejam cumpridos, para que eles possam gerar mais segurança para as mulheres e homens atingidos.

Os impactos sociais e ambientais causados pelo rompimento da barragem de Brumadinho correspondem a um padrão histórico nas violações de direitos humanos no Brasil nas regiões atingidas por barragens. Reivindicações e estudos preparados pelo MAB tem documentado esse padrão.¹¹ Usinas hidroelétricas, barragens para fornecimento de água e barragens de rejeitos de minério de mineradoras ou outros tipos de indústrias geram impactos através de seus ciclos de vida, incluindo construção, operação, fechamento, descomissionamento e, em alguns casos, rompimento. Similarmente, um relatório de 2010 elaborado pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) revelou a sistemática violação de 16 direitos humanos em áreas ao redor de barragens:

1. Direito à informação e à participação; 2. Direito à liberdade de reunião, associação e expressão; 3. Direito ao trabalho e a um padrão digno de vida; 4. Direito à moradia adequada; 5. Direito à educação; 6. Direito a um ambiente saudável e à saúde; 7. Direito à melhoria contínua das condições de vida; 8. Direito à plena reparação das perdas; 9. Direito à justa negociação, tratamento isonômico, conforme critérios transparentes e coletivamente acordados; 10. Direito de ir e vir; 11. Direito às práticas e aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação de bens culturais, materiais e imateriais; 12. Direito dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais; 13. Direito de grupos vulneráveis à proteção especial; 14. Direito de acesso à justiça e a razoável duração do processo judicial; 15. Direito à reparação por perdas passadas; 16. Direito de proteção à família e a laços de solidariedade social ou comunitária. (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, 2011, p.5 e 6)¹²

¹¹ Para ir em profundidade nesse tema, sugerimos os documentos a seguir: (1) Relatório “Criminalização contra defensores de direitos humanos na implantação de hidrelétricas na Bacia do Rio Uruguai. MAB, 2005; (2) O modelo energético e a violação de Direitos Humanos na vida das mulheres atingidas por barragens. MAB, 2011. Disponível em <https://www.mab.org.br/publicacao/o-modelo-energetico-e-a-violacao-dos-direitos-humanos-na-vida-das-mulheres-atingidas-por-barragens/> ; (3) As lutas dos atingidos por barragens por direitos humanos. MAB, 2013. Disponível em: https://issuu.com/mabnacional/docs/cartilha_dh_mab_2013web_2

¹² O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) foi estabelecido em 1964, antes do golpe militar brasileiro e esteve ativo até 2016, quando foi substituído pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos. O CDDPH foi um órgão colegiado e investigou denúncias de violações de direitos humanos. A Comissão Especial “Atingidos por Barragens” foi composto de um representante dos

A falta de estrutura legal reconhecendo os direitos das comunidades atingidas por barragens é um fator que faz dessas violações um padrão recorrente. Portanto, **o Estado deve desenvolver e adotar legislação a esse respeito, em consultas com essas comunidades.**

Recomendações aos órgãos internacionais:

Esse relatório evidencia que o rompimento da barragem de Brumadinho causou sérias violações em particular dos direitos humanos das mulheres e comunidades locais atingidas. Dada a seriedade dessas violações, esses órgãos devem monitorar de perto esse caso. Em particular, esses órgãos devem avaliar se o Brasil está tomando medidas suficientes para trazer justiça e fornecer reparações efetivas para as vítimas nesse caso. Esses órgãos devem também usar todos os poderes que têm a esse respeito para assegurar esses dois objetivos. Isso se aplica tanto para as Nações Unidas quanto para os órgãos de direitos Interamericanos.

Por último, esse caso demonstra a necessidade por mecanismos mais efetivos de responsabilidade para os abusos dos direitos humanos envolvendo a empresa, incluindo violações sérias e massivas como aquelas perpetradas no presente caso. Ele também mostra a necessidade por regulação efetiva da mineração em larga escala, incluindo barragens de rejeitos, em países em desenvolvimento. Portanto, esse caso confirma a necessidade de um instrumento internacional legalmente vinculante em relação a empresas e direitos humanos, fornecendo, entre outros mecanismos mais efetivos de responsabilidade para os abusos dos direitos humanos envolvendo as empresas.

Referências Bibliográficas

AVABRUM. Nossas Joias. Brumadinho. Disponível em: <https://avabrum.org.br/nossas-joias/> . Acesso em 4 de dezembro de 2021.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues and STRECK, Danilo R. (Organisers). Pesquisa Participante: O Saber da Partilha. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.

CHRISTIAN AID; MAB. Mulheres Defensoras de Direitos Humanos na Amazônia construindo alternativas à violência. Relatório de Estudo. 2019.

CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA. Comissão Especial “Atingidos por Barragens”. Brasília, 2010. Disponível em <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/dados-da-atuacao/encontros-nacionais-e-regionais/xi-encontro-nacional/xi-encontro/legislacao/relatorio-sintese-cddph> . Acesso em 6 de dezembro de 2021.

seguintes órgãos, entidades e instituições: CDDPH, Câmara dos Deputados, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Movimento dos Atingidos por Barragens, Ministério de Minas e Energia, Ministério Público Federal, Ministério do Meio Ambiente e Defensoria Pública Federal.

COSTA, DÉBORA; PIMENTEL, THAIS. Governo de MG aponta que água retirada de poços em Brumadinho e região não é potável. CBN e G1 MINAS. Belo Horizonte, 03 de fevereiro de 2021. Available at: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/02/03/governo-de-mg-aponta-que-agua-retirada-de-pocos-em-brumadinho-e-regiao-nao-e-potavel.ghtml> . Acesso em 4 de dezembro de 2021.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESPÍRITO SANTO. Relatório Preliminar sobre a situação da mulher atingida pelo desastre do Rio Doce no Espírito Santo. Disponível em <http://www.defensoria.es.def.br/site/wp-content/uploads/2016/10/Relato%CC%81rio-questao-de-genero-5-de-nov-de-2018-2.pdf> . Acesso em 3 de dezembro de 2021.

FERNANDES, LEONARDO. Onda de lama da Vale deve atingir 19 municípios de MG, afirmam especialistas. BRASIL DE FATO. São Paulo, 25 de janeiro de 2011. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/25/onda-de-lama-da-vale-deve-atingir-19-municipios-de-mg-afirmam-especialistas> Acesso em 4 de dezembro de 2021.

FREITAS, RAQUEL; ALMEIDA FABIANA. Brumadinho convive com adoecimento mental um ano após tragédia da Vale. GLOBO, Brumadinho, 21 de janeiro de 2020. Available at: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/01/21/brumadinho-convive-com-adoecimento-mental-um-ano-apos-tragedia-da-vale.ghtml> Acesso em 4 de dezembro de 2021.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Cidades atingidas por tragédia de Brumadinho apresentam mais de 3 mil propostas de projetos para reparação. Belo Horizonte, 17 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/noticias/pro-brumadinho/cidades-atingidas-por-tragedia-de-brumadinho-apresentam-mais-de-3-mil> Acesso em 07 de dezembro de 2021.

IBRAM. Mineração em Números. Disponível em: <https://ibram.org.br/mineracao-em-numeros/> Acesso em: 7 dez. 2021.

MAB. Atingidas por barragens costurando direitos. Dossiê, 2015.

MAB. Impactos do modelo energético e a violação dos direitos humanos na vida das mulheres atingidas por barragens. 2011.

MAB; UNIFEM. Diagnóstico de Impacto territorial com enfoque de gênero em Rondônia. Porto Velho, 2021.

OLIVEIRA, WALLACE. Adoecimento mental e tentativas de suicídio aumentaram após o rompimento da barragem. BRASIL DE FATO MG. Belo Horizonte, 01 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://www.brasildefatomg.com.br/2021/02/01/adoecimento-mental-e-tentativas-de-suicidio-aumentaram-depois-do-rompimento-da-barrag> Acesso em 4 de dezembro de 2021.

PIMENTEL, THAIS. 2 anos após tragédia da Vale, quatro cidades do entorno de Brumadinho ainda sofrem com impactos. G1 MINAS. Belo Horizonte, 25 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/01/25/2-anos-apos-tragedia-da-vale-quatro-cidades-do-entorno-de-brumadinho-ainda-sofrem-com-impactos.ghtml> Acesso em 4 de dezembro de 2021.

RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 319-332, abr./jun. 2021. Interseccionalidade e rupturas dos modos

de vida pelos rompimentos de barragem: reflexões a partir de uma mídia em aderência. [www.reciis.iciict.fiocruz.br] e-ISSN 1981-6278.

ROCHA, ANDERSON. Justiça manda Vale pagar R\$1 milhão para herdeiros de trabalhadores mortos em Brumadinho. HOJE EM DIA, Belo Horizonte, 10 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/justi%C3%A7a-manda-vale-pagar-r-1-milh%C3%A3o-para-herdeiros-de-trabalhadores-mortos-em-brumadinho-1.840857> Acesso em 4 de dezembro de 2021.

VALE. Com avanço da pandemia, Vale reforça medidas de proteção e mantém cronograma para reparação integral em Brumadinho. 25 de janeiro de 2021. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/com-avanco-da-pandemia-vale-reforca-medidas-de-protecao-e-mantem-cronograma-para-reparacao-integral-em-brumadinho.aspx> Acesso em 4 de dezembro de 2021.

IBGE. Cidades. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg-> Acesso em 7 de dezembro de 2021